



Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da **ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia: a ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.** tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades ou empreendimentos na qualidade de quotista ou acionista,

parceiro em joint venture ou membro de consórcio, observados os limites do seu objeto social. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 - ANEEL, datado de 19 de novembro de 2009, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia, a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na manutenção e operação das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela "Subestação Santos Dumont, em 345/138 kV - 375 MVA, Entradas de Linha, Interligação de Barras, barramentos, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio." O contrato também alerta quanto à responsabilidade da Transmissora na "implementação dos dois trechos de linhas de transmissão de 345 kV, em circuitos simples com extensão aproximada

de 1 Km cada trecho, comprometidos entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 345 kV Barbacena 2 - Juiz de Fora 1 e a Subestação Santos Dumont, as Entradas de Linhas correspondentes na Subestação Santos Dumont e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações e adequações nas Entradas de Linhas das Subestações Barbacena 2 e Juiz de Fora 1". **Sistema de transmissão:** O sistema da ESDE integrará a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo

com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2014 os resultados da companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	2.276	10.868
EBITDA	7.919	12.737

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	31/12/14	31/12/13
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	11.776	11.024
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	4	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos	1.731	1.674
Receita de aplicações financeiras	(238)	(935)
Baixa de Ativos	155	-
	13.428	11.763

(Aumento) redução no ativo
Contas a receber ativo financeiro (6.311) (23.741)
Impostos a recuperar (238) (1.208)
Adiantamentos a fornecedores (6.291) 4.209
Estoques (1) (18)
Devedores diversos 25 (27)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 1.350 (2.622)
Fornecedores 358 4.122
Tributos e contribuições sociais pagos (643) (26)
Encargos regulatórios 347 164
Credores diversos (27) 68
Adiantamento de clientes 417 -

Fluxos de caixa das atividades de investimentos
Resgate de aplicações financeiras 453 24.343
Aplicações financeiras (1.361) (12.944)
Aplicações no imobilizado (4) 1.244
Aplicações no intangível (26) (22)

Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de investimentos (938) 12.621
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil - 4.326
Amortização e pagamento de juros do financiamento (4.887) (3.133)

Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamentos (4.887) 1.193
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa (4.475) 11.192
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa 11.209 17
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa 6.734 11.209

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa (4.475) 11.192
Informações adicionais
Pagamento de imposto de renda (224) (35)
Pagamento de Contribuição social (176) (41)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanco Patrimonial

31 de Dezembro de 2014 e 2013

	31/12/14	31/12/13
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5 6.734	11.209
Titulos e valores mobiliários	6 2.362	1.215
Contas a receber ativo financeiro	8 13.236	12.052
Impostos a recuperar	- 241	288
Adiantamento a fornecedores	7 6.590	299
Outras contas a receber	- 12	10
	29.175	25.073
Não circulante		
Contas a receber ativo financeiro	8 80.195	75.068
Estoques	- 18	18
Outros ativos	- 6	32
Imobilizado	- 26	181
Intangíveis	- 58	36
	80.303	75.335
Total do ativo	109.478	100.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	31/12/14	31/12/13
Passivo Circulante		
Empréstimos e financiamentos	9 3.228	3.229
Fornecedores	- 7.649	7.291
Tributos e contribuições sociais a recolher	10 208	265
Dividendos a pagar	- 4.152	2.421
Encargos regulatórios	- 511	164
Outras contas a pagar	- 180	207
	15.930	13.577
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	9 28.505	31.661
Adiantamento de clientes	- 417	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 2.837	2.516
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.900
	31.759	39.077
Patrimônio líquido		
Capital social	43.191	38.291
Reservas de lucro	- 18.598	9.463
Total do patrimônio líquido	12 61.789	47.754
Total do passivo e patrimônio líquido	109.478	100.408

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	38.291	85	1.607	-	39.983
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.192	10.192
Destinação proposta à AGO	-	-	-	(2.421)	(2.421)
Dividendos declarados	-	-	-	(510)	-
Reserva legal	-	510	-	-	510
Reserva de lucro do exercício	-	-	7.261	(7.261)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	38.291	595	8.868	-	47.754
Aumento de capital	4.900	-	-	-	4.900
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.868	10.868
Destinação proposta à AGO	-	-	-	(1.733)	(1.733)
Dividendos declarados	-	-	-	(544)	-
Reserva legal	-	544	-	-	544
Reserva de lucro do exercício	-	-	8.591	(8.591)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	43.191	1.139	17.459	-	61.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ESDE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 22 de junho de 2009 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpiadas, 66 - 8º andar - Sala I - Vila Olímpia - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, à ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
025/2009	30	2039	11.441	IPCA

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.756/2014. A RAP de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 11.888.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a receber - ativos financeiros".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board - (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, pelo IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos, para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Titulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto Contas a receber - ativo financeiro como "recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo não circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição. **3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.6. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.8. Provisões para litígios:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e pressupostos anualmente. **3.9. Tributação:** 3.9.1. Impostos sobre a receita. As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

• Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; 3.9.2. Imposto de renda e contribuição social: • Correntes: A companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. • Diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.10. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.11. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A ESDE reconhece a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: 3.11.1. **Receita de implantação de infraestrutura:** A ESDE está abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registram a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Conseqüentemente, a Companhia não identifica nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. 3.11.2. **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. 3.11.3. **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, onde essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. 3.11.4. **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.12. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Estas normas adotadas pela primeira vez não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15 e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/14	31/12/13
Caixa e equivalentes de caixa	55	33
Caixa e Bancos	6.679	11.176
Aplicações financeiras	6.734	11.209

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 91,38% do CDI em 31 de dezembro de 2014, (98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2013). Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de investimento em renda fixa. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014 possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia tem o saldo de R\$ 2.362 (R\$ 1.215 em 31 de dezembro de 2013) referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Como prática comercial e financeira a empresa adianta valores aos fornecedores baseada nas medições indicadas pelo avanço das obras devidamente certificadas na sua área técnica. Em 31 de dezembro de 2014 a companhia registrou um saldo de R\$ 6.590 (R\$ 299 em 2013).

8. CONTAS A RECEBER - ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ESDE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. • Movimentação do ativo financeiro da concessão: **Saldo em 31 de dezembro de 2012** 63.379
Receita de operação e manutenção 546
Receita de Remuneração dos ativos da concessão 11.793
Receita de implantação de infraestrutura 15.573
Realização do ativo financeiro (recebimento) (4.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2013 87.120
Receita de operação e manutenção 1.114
Receita de Remuneração dos ativos da concessão 14.206
Receita de implantação de infraestrutura 6.484
Realização do ativo financeiro (recebimento) (15.493)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 93.431
Contas a receber ativo financeiro - circulante 13.236
Contas a receber ativo financeiro - não circulante 80.195
Total circulante e não circulante 93.431

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve correspondente ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	31/12/14	31/12/13
Receita operacional líquida	13	21.055
Custo operacional		
Pessoal	(479)	-
Material e serviços de terceiros	(1.002)	(462)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica	(42)	(19)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura	(6.484)	(15.573)
Outras	(127)	(65)
	(8.134)	(16.119)
Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais	12.921	11.451
Administrativas e gerais	(180)	-
Pessoal e administradores	(3)	-
Depreciação e amortização	(4)	-
	(187)	-
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	12.734	11.451
Despesas financeiras	14	(1.804)
Receitas financeiras	14	846
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	11.776	11.024
Imposto de renda e contribuição social	15	(587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(321)
	(908)	(932)
Lucro líquido do exercício	10.868	10.192
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,25	0,27
Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)	43.191	38.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/14	31/12/13
Lucro líquido do exercício	10.868	10.192
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	10.868	10.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/14	31/12/13			
Circulante					
Encargos	Principal	Principal	Total	Total	
BNDES (a)	60	1.573	17.821	19.454	13.864
BNDES (b)	13	1.582	10.684	12.279	21.026
	73	3.155	28.505	31.733	34.890

(a) Em dezembro 2012 a Companhia captou o valor R\$ 14.600, os encargos correspondem a juros de 2,5% ao ano. A quitação ocorre em 113 prestações mensais, com vencimentos finais em setembro de 2022. (b) A Companhia captou o valor R\$ 17.400 em dezembro de 2012, R\$ 3.892 em agosto de 2013 e R\$ 246 em dezembro de 2013, os encargos correspondem a TUP acrescida de juros de 2,08% ao ano. A quitação ocorre em 168 prestações mensais, com vencimentos finais em abril de 2027. Os financiamentos tem como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios do contrato, o penhor das ações da empresa detidas pela ETEP, além da constituição de conta reserva. Os contratos com o BNDES atrelam a conta reserva do serviço da dívida (aplicações financeiras em garantia da dívida) a manutenção de certo Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Conforme essas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia atingiu o limite mínimo do ICD de 1,30, tendo efetuado o complemento da conta reserva em mais três parcelas equivalentes a última amortização e juros, de forma antecipada as condições estabelecidas contratualmente. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

	31/12/14	31/12/13
2016	3.155	-
2017	3.155	-
2018	3.155	-
2019	3.155	-
Após 2019	15.885	-
	28.505	-

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/14	31/12/13
Passivo circulante		
Imposto		